

1 **Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná**
2 **CERMA/PR**

3 Ao vigésimo nono dia do mês de Abril de dois mil e vinte e um, às quatorze horas,
4 através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, conforme
5 Resolução 075/2020, deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos
6 Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes,
7 conforme convocação os conselheiros: representantes Governamentais: Kelly
8 Letchakowski (SEJUF), Edson Belo Clamente de Souza (SETI), Danilo Peres Buss
9 (SECC), Luciane Taline da Costa (SEJUF/DAS), Lucimar Pasin de Godoy (SESA),
10 Rosane Souza Freitas (SESA) e Cláudio Marques Rolin e Silva (SESP). Representantes
11 da Sociedade Civil: Andressa Gongora Barboza (ARAS), Jocasta Flávia Karoleski
12 Martins (ALDEIAS INFANTIS SOS), Deusa Gisely Teixeira Rodrigues (CÁRITAS
13 LONDRINA), Fabrícia Laís Pigaianni (CÁRITAS LONDRINA), Marcia Terezinha Ponce
14 (CÁRITAS REGIONAL PR), Renato de Souza Paulo (CAEBE), Rima Awada Zahra
15 (CRP), Alisson Vinicius Silva Ferreira (CRP), Juliana Mara da Silva (CRESS), Elizete
16 Sant’Anna (PASTORAL MIGRANTE), Maria de Lourdes Bernatt (PASTORAL
17 FRANCISCO B.). Convidados e Participantes: Vistor Jasper, Cláudia (OIM), Luana
18 Lubke (Residente TEC. DAS/SEJUF), Isabella Traub (MP/PR), Gabriela Teixeira (CRP),
19 Andrea Vianna, Luiza Gagliard, Claudia Anjos (OIM/PR), André Martini (Cárítas
20 Regional PR), Julia, Ediane de Paula Machado (CÁRITAS LONDRINA), Gabriela
21 Nogarolli (MP/PR), Natalia Ferreira (SEDEST), Aieda Muhieddi (Comissão de Direitos
22 Humanos - OAB), Fatima Yokohama, Izabel Nekel (PUC-PR e AMIM), Ana Bela (CEIM),
23 Jane Vasques (SEJUF/DEDIF), Graziella Molina (Residente Téc. SEJUF/DEDIF). 1.
24 **Abertura:** visualizado quórum, a presidente deu início à reunião saudando a todos os
25 presentes. 2. **Apreciação e Aprovação da Pauta:** pauta aprovada, com suas inclusões
26 acomodadas no ponto “Informes”. 3. **Aprovação da Ata de Março de 2021:** para as
27 futuras atas, a conselheira Elizete solicitou que se visualize e se assinale corretamente
28 qual comissão a SETI integra, haja vista o desencontro de informações a esse respeito.
29 O conselheiro Renato pediu que na ata de Março se ajuste o nome do conselheiro Pastor
30 Marcos Calixto, o qual fora assinalado de maneira equivocada. A conselheira Kelly, de
31 forma semelhante, pediu que sua citação na ata fosse ajustada, não se referindo a ela
32 como “servidora” Kelly, como conselheira Kelly, afinal. Por fim: ata aprovada com os
33 ajustes supracitados. 4. **Relato das Comissões:** Gabriela Teixeira e a conselheira Rima

34 apresentaram o ponto de pauta. Gabriela explanou alguns ajustes realizados, sendo
35 Abril o mês de retorno das comissões, além da troca da Secretaria Executiva. Disse que
36 foram confirmados todos os conselheiros que compõem cada Comissão, criando-se
37 canais de comunicação específicos para cada uma dessas comissões – onde estão,
38 evidentemente, seus integrantes; por isso, solicitou que apontem a existência de
39 qualquer erro, se houver, para que possam ajustar; e ainda justificou que os equívocos
40 decorridos anteriormente deram-se pelo fato de que a SEC teve acesso a duas listas
41 distintas, que se confundiram entre si. A conselheira Andressa somente pediu maior
42 identificação dos conselheiros dentro desses espaços de comunicação, pedindo que se
43 apresentem, a fim de que seja possível distinguir e identificar as organizações e
44 secretarias ali presentes, pedido também clamado por demais conselheiros de outras
45 comissões; também informou que já se realizou uma reunião, enquanto a próxima está
46 marcada para o dia 04/05/2021, para a qual pediu participação de algum representante
47 da Mesa Diretiva. Os conselheiros, de forma geral, expressaram estar de acordo com o
48 meio de comunicação direta que estão utilizando, através do WhatsApp, mas que não
49 se substitui o e-mail para informações e repasses oficiais e gerais. A conselheira
50 Andressa solicitou que se envie por e-mail a composição final das comissões; pedido
51 acatado. Rosilene, do Ministério Público, solicitou que seja destinado a ela o convite
52 para o GT do Plano Estadual, pois o MP requereu estar presente, como acompanhante,
53 mas sua participação ainda não fora concedida; Gabriela entrou em contato com ela, e
54 a situação se resolveu; a Presidente ainda esclareceu que o GT se encontra em
55 formação por enquanto, por isso Rosilene ainda não teria recebido convite oficial.
56 Fechando a parte organizacional do Relato, Gabriela ainda expressou que se enviará,
57 junto ao documento de composição, um modelo de relatoria das comissões, haja vista
58 a necessidade de relatório detalhado das reuniões em consonância à realização no
59 formato presencial. **Relatório: Comissão de Comunicação e Eventos:** a conselheira
60 Andressa disse que a comissão se reuniu na terça-feira, dia 27/04/2021, onde se fizeram
61 presentes os representantes das seguintes entidades: CAEBE, Cáritas Maringá e a
62 SECC; a conselheira disse que a reunião foi proveitosa e produtiva e que produziu boas
63 propostas, mas que carecem de amadurecimento; para tal, realizou outra vez o convite
64 à Mesa Diretiva de participação na próxima reunião, a fim de se visualizar as
65 possibilidades de ação; a data pré-agendada para a próxima é no dia 04/05/2021, às
66 14h, mas que pode ser alterada conforme possibilidade da Mesa Diretiva; Danilo
67 complementou dizendo que não se levou à reunião nenhuma proposta concreta pela

68 necessidade de maior tempo para ajustar as ideias visualizadas, fortalecendo estas para
69 a próxima reunião ordinária; a presidente pediu que se encaminhe ao e-mail da Mesa
70 Diretiva a solicitação de data. **Comissão de Denúncias e de Garantia de Direitos:**
71 Leitura do relato da comissão de Denúncia de Garantias de Direito feito pela conselheira
72 Jocasta, segue o relatório da comissão - **Coordenador:** Juliana. **Relator:** Jocasta.1.
73 **Pauta Comissão de Denúncias e Garantias de Direitos:-** Definição da coordenação
74 e relatoria da Comissão e das datas das reuniões; - Nota técnica - Crianças migrantes
75 e refugiadas desacompanhadas ou separadas de sua família;- Protocolado 17.334.872-
76 0 - Informação Técnica nº33/2021 DPSE/DAS/SEJUF referente ao Ofício n. 0065/21 do
77 CT do município de Sarandi/PR;- Ofício/SCPG nº 29716.2021 do MINISTÉRIO
78 PÚBLICO DO TRABALHO.- **Definição da coordenação e relatoria da Comissão e**
79 **das datas das reuniões; Histórico:** Estiveram presentes Kelly, Juliana, Jocasta e
80 Luciane. Ficou definido para coordenação da comissão a conselheira Juliana do CRESS
81 e para relatoria conselheira Jocasta da Aldeias Infantis SOS Brasil. As reuniões serão
82 todas as terças-feiras que antecedem a reunião ordinária do CERMA às 14hrs. - **Nota**
83 **técnica - Crianças migrantes e refugiadas desacompanhadas ou separadas de sua**
84 **família;** - Leitura e ajustes na minuta de nota técnica - Crianças migrantes e refugiadas
85 desacompanhadas ou separadas de sua família, que traz orientações gerais acerca do
86 atendimento de crianças e adolescentes migrantes e refugiadas
87 desacompanhadas/separadas de suas famílias. **Parecer da Comissão:** Aprovada a
88 nota técnica - Crianças migrantes e refugiadas desacompanhadas ou separadas de sua
89 família. **Parecer do CERMA:** Encaminhar para todos os Conselheiros para
90 conhecimento e aprovação na próxima reunião. - **Protocolado 17.334.872-0 -**
91 **Informação Técnica nº33/2021 DPSE/DAS/SEJUF referente ao Ofício n. 0065/21 do**
92 **CT do município de Sarandi/PR; Histórico–** Caso de uma criança venezuelana
93 separada do pai que se encontra com a madrinha em situação de rua em Boa Vista.
94 **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do CERMA:** Aprovado. - **Ofício/SCPG nº**
95 **29716.2021 do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.** Referente ao Ofício/SCPG nº
96 29716.2021 - NF nº 002794.2020.09.000/0 do MPT – Solicita ao CERMA
97 posicionamento formal sobre a documentação exigível para contratação de migrantes.
98 **Parecer da Comissão:** Encaminhar o ofício via protocolado para a área técnica da
99 SEJUF (Dep. do Trabalho e DMRA) para subsidiar resposta. **Parecer do CERMA:**
100 Aprovado. Quanto à Nota Técnica, a presidente questionou se haveria a possibilidade
101 de enviá-la a todos os conselheiros; responderam que a Nota Técnica foi pensada por

102 conta do episódio da menina venezuelana que a família estava em Sarandi, sendo seu
103 documento, especificamente, uma informação técnica; portanto, o caráter da Nota
104 Técnica é definir orientações gerais para o atendimento de crianças e adolescentes
105 migrantes desacompanhados ou separados de suas famílias, mas o caso específico
106 descrito tem seus documentos em sigilo. A presidente, portanto, definiu pela circulação
107 da Nota Técnica aos conselheiros, a fim de que estes possam visualizá-la; após a
108 leitura, os conselheiros apresentam suas contribuições à comissão por email e na
109 próxima reunião ordinária aprova-se a Nota na íntegra; aprovado, e a conselheiro Glória
110 solicitou ainda que neste seja incluída a determinação a respeito do sigilo necessário
111 tratando-se de crianças. Carece-se de aprovação apenas acerca do caso de Sarandi,
112 estritamente, do qual a sugestão da Comissão é: que seja protocolado ofício e enviado
113 para a área técnica da SEJUF, dpto. Do Trabalho. **Comissão da Gestão da**
114 **Informação:** Isabella, mesmo como convidada, foi imbuída da missão de relatora, haja
115 vista a ausência dos relatores e/ou relatoras oficiais; portanto, ela realizou a leitura do
116 documento: a comissão se reuniu no dia 23/04/2021 às 10h, por videoconferência;
117 fizeram-se presentes as representações das entidades: SETI, Pastoral dos Migrantes,
118 Cáritas Londrina, MP/PR e PUC/PR. A reunião teve início com a explanação acerca de
119 alguns questionamentos internos da SETI e da Cáritas Londrina referente às suas
120 representantes perante o CERMA, considerando instabilidade do exercício do
121 conselheiro Edson Bello, já que o representante titular de sua entidade não está mais
122 na SETI, portanto, Edson estaria ainda aguardando informações a respeito da sua
123 permanência no Conselho, mas sem respostas; já a conselheira da Cáritas, a Fabrícia,
124 informou que não está mais trabalhando com a temática migratória em sua instituição,
125 portanto, precisará solicitar a substituição. Quanto às atividades a serem realizadas pela
126 comissão em 2021, houve questionamento acerca da criação do GT sugerido na última
127 plenária, pois esta teria as mesmas atribuições da comissão, gerando um conflito ou
128 sobreposição – assim, sugere-se à plenária do CERMA uma forma de delinear a
129 estrutura organizacional de todas as comissões e grupos de trabalho, constando os
130 nomes de quem participa de cada uma delas, tendo em vista os conflitos de informação
131 e de atividades que são desempenhados por cada um deles, e como forma de evitar
132 trabalho duplo, o que seria proveniente também de falhas de comunicação. Como ações
133 a serem desempenhadas pela comissão ao longo de 2021, debateu-se sobre a
134 importância de políticas migratórias nas Universidades do Estado do Paraná, tendo em
135 vista a alta demanda e a importância da inserção universitária de migrantes e

136 refugiados, assim fora sugerido um levantamento de informações e dados juntos às
137 Universidades Públicas e Privadas do Estado do Paraná quanto às políticas migratórias
138 voltadas ao acesso ao superior, pós graduações, cursos de língua portuguesa, dentre
139 outras atuações; a comissão encaminhou como necessário esse levantamento de
140 informações e dados, como forma de: 1) obter dados acerca do acesso de migrantes e
141 refugiados no Ensino Superior, 2) articular a atuação das universidades no Estado do
142 Paraná com fim de criar um apoio e auxílio de mútuo e diálogo de boas práticas, 3)
143 divulgar informações quanto às atividades disponibilizadas aos migrantes para
144 migrantes e refugiados, garantindo de fato o acesso a essa informação, 4) a criação de
145 uma rede articulada para ampliação das políticas públicas de acesso ao Ensino Superior
146 e compartilhamento de boas práticas e 5) o diálogo com os representantes do Gov. do
147 Estado para visibilidade da temática e articulação de políticas públicas. A comissão
148 sugere que o levantamento de dados e informações seja feito via formulário digital, a
149 fim de que atinja todas as universidades do Estado. Nesse sentido, ainda, a comissão
150 informou da situação que pediu refúgio, chegando este ao porto de Paranaguá na sexta
151 feira dia 16/04/2021: a comissão entende a importância de levar a situação ao CERMA,
152 tendo em vista a oportunidade de se levantar novas informações. Encerrado o relato, a
153 presidente informou que a primeira parte, sobre a organização, já fora segmentada, e
154 esta será enviada por e-mail; já em relação ao levantamento informacional das
155 universidades, a presidente expressou considerar neste grande importância, mas
156 questionou quem se encarregará dele, do qual a comissão respondeu que ficaria
157 responsável por todo o mapeamento e levantamento de dados de informações –
158 aprovado pelo CERMA, com a presidente ainda esclarecendo que a mesa diretiva
159 concederá respaldo a qualquer necessidade em relação a envio de documentos e afins.
160 Já quanto ao menino que desembarcou no porto de Paranaguá, a presidente expôs que
161 o CERMA solicitou ao MP uma prorrogação no prazo de resposta ao ofício no qual se
162 solicitaram informações, mas ainda esclareceu que o que houve de encaminhamento
163 ao conselho dizia respeito ao acolhimento, questionando se poderia realizar o
164 acolhimento institucional do menor; para tal, solicitou-se apoio da DAS, a fim de se
165 conhecer as possibilidades, e depois, afinal, haver escopo para responder ao MP. De
166 forma geral, a presidente disse que se tem tentado com frequência estabelecer diálogo
167 com o município de Paranaguá para lidar da melhor forma com a questão da entrada de
168 migrantes pelo porto, com a tentativa inclusive de criar um protocolo de acolhimento e
169 apoio, já que acontecem situações similares quase que diariamente – e que na maioria

170 das vezes não chegam ao conhecimento do conselho; por isso, apontou a necessidade
171 eminente de avaliação da questão da retomada de diálogo com o município, com uma
172 estrutura de contato formalizada e especializada; a presidente esclareceu ao conselho
173 que existiria ainda, no próprio porto, determinações legais de acolhimento e manutenção
174 de tais pessoas “clandestinas” que chegariam pelos navios, contando com recursos
175 financeiros em um fundo que deve manter as pessoas asseguradas até que o caso seja
176 solucionado, e disse que tais questões devem ser levadas em conta para o conselho
177 não assumir responsabilidades que estão além dele. A Luciane, do DAS, disse que o
178 protocolado do caso será respondido prontamente assim que chegar ao departamento,
179 observando-se sua urgência, assim como será estabelecido contato com o ER de
180 Paranaguá para ele conceder apoio neste e em demais casos similares. A conselheira
181 Elizete desculpou-se pelo o que expressou ter sido uma falha enquanto conselheira
182 quando, ao receber o representante do MP, no diálogo sobre o assunto, não havia
183 compreendido, ou não repassou ao conselho, que a empresa marítima haveria
184 assumido responsabilidade sobre o acolhimento do menino – e em boas condições,
185 segundo o próprio MP e o Conselho Tutelar; portanto, haveria uma falha de
186 comunicação dentro do processo, já que ocorreu o entendimento do CERMA de que se
187 necessitaria conceder o acolhimento em Curitiba. Já o Dr. Marquês questionou, através
188 do chat, se não seria recomendável convidar a Polícia Federal para integrar o CERMA,
189 sabendo-se que esta lida com casos de migração; a presidente respondeu que já se
190 tentou realizar o diálogo diversas vezes, mas que a PF só participou de uma reunião do
191 conselho, como convidada; entretanto, para o caso estritamente, a presidente disse que
192 deveria ser realizado convite à PF de Paranaguá para estar presente na reunião quando
193 houver diálogo com o Município, lidando com a presença de migrantes no território. Já
194 o conselheiro André disse que fez contato com o Assessor do Promotor Diogo, o
195 Fernando, e este o comunicou que já foi realizada a entrada da ação envolvendo o
196 assunto que se está discutindo, e que agora se aguarda a entrada do juízo para definir
197 qual será o próximo passo do caso; até lá, o menino permanece em lugar seguro, sendo
198 avaliada constantemente se as suas necessidades básicas estão sendo sanadas com
199 qualidade; André ainda disse que o assessor de promotor realizou pedido à Cáritas que
200 assinale qual é a função da entidade, conhecendo-se os passos que devem ser
201 seguidos em casos similares, pois, segundo o assessor de promotor, haveria sido a
202 primeira vez que este tipo de caso com criança aconteceria; expressou também que a
203 Defensoria Pública está acompanhando a questão, assim como a própria Cáritas.

204 Assim, a presidente propôs ao conselho que se encaminhe convite aos atores do caso
205 de Paranaguá para participação em reunião do CERMA, por meio de videoconferência:
206 encaminhamento aprovado. **Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas:**
207 Gabriela Teixeira expressou que por esta comissão estar voltada para as questões do
208 GT do Plano Estadual, ainda não houve reunião, haja vista a necessidade de
209 constituição do Grupo; mas informou que fora realizado o grupo com as pessoas que se
210 colocaram à disposição na última reunião do CERMA, iniciando-se o movimento de
211 organização. Disse aos representantes da SESA que estes fazem parte de tal comissão.

212 **5. Relato do GT Nova Esperança – Avaliação do Evento:** Isabela relatou que o evento
213 aconteceu na semana anterior à da reunião do CERMA de Abril. Disse que o evento
214 contou com a presença de diversos atores, e expressou que o extrato da realização fora
215 bem proveitoso, considerando ter sido esta a primeira vez que se trabalhou dentro do
216 conselho simultaneamente com temas como ocupações, direito à moradia e imigração,
217 haja vista ainda a participação de instituições que também nunca haviam lidado com o
218 tema; por isso, a importância do evento. Expressou que o evento alongou-se mais do que
219 o imaginado, o que apontou uma necessidade de reduzir o número de convidados, mas,
220 sobretudo, o mais relevante fora ouvir cada uma dessas entidades e entender o que
221 cada organização faz com relação à temática e, a partir do conhecimento do todo, torna-
222 se possível construir algo efetivo. Isabela disse que um apontamento ofertado pelo Dep.
223 Goura, e que deve servir de encaminhamento ao conselho, é com relação à
224 manifestação positiva acerca do PL 340/2018, para inserção de imigrantes, refugiados
225 e apátridas no Fundo de Combate à Pobreza do Estado do Paraná; pediu
226 encaminhamento de carta à ALEP para que o PL possa existir e esse extrato
227 populacional conte com mais essa forma de apoio financeiro. Feitas as considerações,
228 registrou-se ainda o problema de algumas falhas de comunicação com relação aos
229 convites feitos aos palestrantes, com um problema, inclusive, maior, pois alguns desses
230 atores foram usados para divulgação do evento, mas disseram que nem ao menos
231 haviam sido convidados. Fora isso, Isabela disse que o evento foi proveitoso e deve
232 seguir sendo concebido para se pensar em ações para a população migrante que muitas
233 vezes é marginalizada. A SEC disse que não foi possível estabelecer contato com o
234 Dep. Goura e, posteriormente, seu nome não fora retirado do banner por um equívoco.
235 Para que problemas de comunicação como os descritos no ponto de pauta não voltem
236 a acontecer, a presidente sugeriu atenção na delegação de funções do GT. A presidente
237 registrou outra sugestão do Dep. Goura em relação ao PL: o convite ao presidente da

238 mesa da ALEP para uma conversa para pedir agilidade da pauta que compõe a PL;
239 assim o encaminhamento é que o GT, junto à mesa diretiva, procure o agendamento de
240 uma reunião online. O fortalecimento do GT também deve expandir os assuntos do
241 grupo, já que este não se limita mais à ocupação Nova Esperança, mas que deve, afinal,
242 pensar as ocupações de maneira geral, lidando com o direito à moradia ampliadamente,
243 disse a presidente; de onde parte outro encaminhamento do deputado, acerca da
244 participação do CERMA na conferência popular de habitação para Curitiba e RMC.
245 Gabriela Teixeira sugeriu, adiante, que se emita um comunicado, uma carta de pedido
246 de desculpas e de agradecimento, aos convidados que não tinham recebido o convite
247 formalizado, afinal, e os que não receberam uma melhor explicação da proposta; para
248 tal, a SEC Jane tinha ficado de redigir uma Minuta que seria avaliada e enviada pelo
249 GT. Outra questão exposta pela Gabriela é a da carta à ALEP. Para ambos, propôs uma
250 reunião do Grupo. Ediane, da Cáritas Londrina, pediu a palavra e salientou que o
251 conselho poderia pensar também a questão da moradia a nível estadual, podendo
252 descentralizar o assunto no futuro. **6. Procedimento em Relação a Migrantes**
253 **Desaparecidos:** Elizete, solicitante do ponto de pauta, explanou: disse que chegou um
254 relato à Pastoral do Migrante a respeito de um migrante haitiano que chegou em Curitiba
255 acompanhado de um migrante venezuelano e, segundo o relato, o rapaz desapareceu.
256 Seus documentos estão sob posse do migrante venezuelano que o acompanhava. Mas,
257 sem sugestões de encaminhamentos e aguardando-se novas informações, a
258 conselheira disse que propôs o tema para que se atente a realidades como esta. A
259 presidente expressou considerar grande relevância no assunto, e propôs que se avalie a
260 qual comissão se deve direcionar o assunto para lidar, de fato, com o desaparecimento,
261 assim como pensar em estratégias. O conselheiro Marquês narrou ainda outro fato,
262 sobre o desaparecimento e localização de um migrante advindo da Costa do Marfim, e
263 disse, com sua experiência, pode auxiliar no tema. **7. Apresentação do Projeto**
264 **OMS/TB/BRICS/UFES:** A conselheira Kelly, solicitante da pauta, apresentou a
265 professora Paula Freitas, presente na reunião, que foi quem esteve à frente do projeto
266 da OMS para os países do BRICS, do qual o Brasil é um integrante; logo, passou a
267 palavra a ela. A professora do Dpto. De Enfermagem da UFES saudou a todos e
268 abordou o assunto em voga: disse que a covid potencializou algumas problemáticas e,
269 no caso, tratou de um assunto que se circunscreve nos temas do CERMA. Exibiu, então,
270 uma apresentação acerca do projeto financiado pela OMS que lida com o acometimento
271 da tuberculose, da qual expressou ser uma doença negligenciada e ligada à pobreza; por

272 tanto, no caso dos migrantes, faz-se necessário entender o impacto da tuberculose nos
273 migrantes, os serviços aos quais têm acesso, e a necessidade de rastreio dessas
274 pessoas, a fim de introduzir políticas que não permitam que a tuberculose se torne uma
275 infecção ativa na sociedade. Portanto, os migrantes, na perspectiva da tuberculose, são
276 grupos de risco prioritários (assim como na pandemia). O nome do projeto é
277 “Tuberculose e Migrante nos Países do BRICS”, cujo objetivo é fortalecer os cuidados
278 iniciais dos migrantes para que seja possível perceber modelos de atenção e proteção
279 social. Apresentou o fluxograma do projeto, que conta com um processo entrevistador
280 que abordou mais de 400 pessoas, além de realização de teste de contato com a doença
281 – uma espécie de sinal de alerta, que sinalize a grande possibilidade de desenvolver a
282 infecção diante de qualquer problema imunológico; extraídas as informações, se o teste
283 apresentar sinal positivo, o paciente já inicia tratamento imediato na unidade básica de
284 saúde . A respeito especificamente do fluxograma de Curitiba, disse que o objetivo era
285 de lidar com 35 migrantes, no mesmo processo: ao final, realizaram-se 52 entrevistas,
286 do qual apenas 32 retornaram para as etapas seguintes (já evidenciando um problema
287 mesmo que se fornecesse os custos para tal); contudo, pôde-se visualizar um número
288 expressivo de testes que deram positivo, com uma reação exacerbada – no caso, 30%
289 dos testados; a preocupação, evidentemente, é do desenvolvimento da doença dentro
290 da pandemia, já que a covid-19 pode fazer com que a imunidade caia, incutindo na
291 formulação da tuberculose e acometendo a pessoa com mais de um problema grave.
292 Outra questão salientada fora a da vulnerabilidade social, haja vista que a maioria dos
293 entrevistados ou estava desempregado ou trabalhavam na informalidade (que foi
294 duramente afetado pela pandemia), e umas das condições de baixa imunidade é a
295 privação alimentar, oferecendo à doença mais oportunidades de manifestação. Também
296 expôs sobre a dupla-proteção que precisa ter a pessoa que acolhe o migrante no
297 processo, tanto para a tuberculose quanto para a covid-19; assim, a recomendação com
298 enfermeira é a utilização da máscara PFF2 de filtragem reconhecida pela ANVISA,
299 considerando as grandes chances de o paciente estar assintomático das duas doenças.
300 Exprimiu, afinal, que o objetivo da reunião é o de pensar em formas de exames de
301 triagem dos migrantes assim que estes chegam em uma região, sugerindo até que este
302 esteja vinculado aos demais benefícios sociais aplicados, a fim de oportunizar o
303 tratamento adequado a estas pessoas e seus familiares. Por fim, agradeceu a acolhida
304 de Curitiba e aos que estiveram envolvidos no processo. A presidente do conselho pediu
305 à professora que disponibilize a apresentação aos conselheiros, a qual a Paula atendeu

306 prontamente; também solicitou que seja enviado e-mail aos conselheiros contendo os
307 dados mais a fala sobre a necessidade de melhor proteção individual, considerando que
308 os agentes da assistência social precisam lidar com as pessoas presencialmente. A
309 conselheira Kelly disse que já recebeu o material, que expressou ter ficado excelente,
310 uma revista em PDF tratando de todo o Brasil. **8. Apresentação SESA:** a conselheira
311 Lucimar introduziu ao ponto de pauta recordando sobre a provocação que o motivou,
312 acerca dos feitos da Secretaria durante a pandemia. Iniciou dizendo que não havia nem
313 mesmo a noção de que o início de 2021 seriam os piores meses da pandemia,
314 constituindo um grande cenário de guerra. Informou que a SESA de início havia
315 construído um plano de contingência da pandemia, encaminhando o link
316 [https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-](https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/Plano%20de%20Contingencia%20Covid_2023.03.21%20FINAL.pdf)
317 [03/Plano%20de%20Contingencia%20Covid_2023.03.21%20FINAL.pdf](https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/Plano%20de%20Contingencia%20Covid_2023.03.21%20FINAL.pdf). Expressou que
318 se procurou garantir o acesso intersetorial preservando a saúde de comunidades
319 vulneráveis, onde foi destacada a população migrante. Portanto, trabalhou-se na
320 perspectiva de estimular os municípios através das 22 regionais de saúde quanto a essa
321 população que, exprimiu, merece ainda mais ser cuidada dentro do contexto pandêmico.
322 Disse que se buscou estabelecer um recorte, em mapeamento, dos migrantes, mas
323 esclareceu que a complexidade das informações deflagra na necessidade de priorizar
324 alguns dados, contando com sistemas de informações extremamente robustos. Para os
325 profissionais de saúde que atuam na ponta, informou que quem concebe as
326 determinações são os municípios, especialmente no que concerne à atenção primária;
327 portanto, para se garantir alguns dados epidemiológicos, que concebem novas
328 estratégias de enfrentamento, é preciso discernir e priorizar informações. Passou aos
329 conselheiros o boletim epidemiológico:
330 [https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-](https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-04/informe_epidemiologico_29_04_2021.pdf)
331 [04/informe_epidemiologico_29_04_2021.pdf](https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-04/informe_epidemiologico_29_04_2021.pdf), onde constam informes sobre a doença e
332 sobre determinados recortes para os quais se conseguiu assegurar priorização de
333 atendimento – a nível estadual e federal. A presidente ainda alertou para os cuidados
334 quanto aos tratos desse grupo, pois muitos têm medo de dizer que estão com sintomas
335 para não serem criminalizados como veiculadores da doença, haja vista que a carga de
336 preconceito destinada a eles já é grande. **9. Informes:** a conselheira Kelly passou os
337 informes da SEC, auxiliando a Secretária Executiva que teve problemas com seu áudio:
338 nenhuma justificativa de ausência; em substituições, na representação da Pastoral do
339 Migrante está em trâmite a entrada da Nadine; há as correspondências da Maria Tereza

340 Rosa, relato do caso de denúncia, assim como há a solicitação ao CERMA, resposta da
341 SESA – já foi enviada por e-mail, um ofício do TJ/PR de Paranaguá e o protocolo de
342 Sarandi – todos enviados por e-mail e tratado nas comissões. Seguiu-se adiante nos
343 informes. A conselheira Andressa informou sobre a articulação com seu município para
344 a constituição do Conselho Municipal do dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e
345 Apátridas, que teve conversas iniciadas em 2020; à época, o prefeito de Maringá havia
346 constituído um comitê para tratar da minuta da lei a fim de obter aprovação na Câmara,
347 mas que tudo teve que parar com a pandemia; portanto, agora, em 2021, a situação
348 fora retomada no meio do ano passado, após reeleição do prefeito; o trabalho agora
349 segue e está na Câmara dos Vereadores para aprovação; aguarda-se novidades até a
350 próxima reunião ordinária do CERMA. Posteriormente, a palavra passou ao conselheiro
351 Alisson, que informou que está aberto o processo internacional da UNILA, que ocorre
352 todo ano, com 708 vagas para imigrantes diversos; mais informações no site, onde se
353 encontra o edital: [https://portal.unila.edu.br/proint/selecao-internacional/processo-](https://portal.unila.edu.br/proint/selecao-internacional/processo-seletivo-internacional-psi)
354 [seletivo-internacional-psi](https://portal.unila.edu.br/proint/selecao-internacional/processo-seletivo-internacional-psi). Por fim, a palavra passou à Cláudia: a nova coordenadora de
355 projetos da OIM se apresentou, e disse que está sediada em Curitiba e operando de
356 modo remoto; colocou-se à disposição do conselho. **Encerramento:** após as referidas
357 discussões, encaminhamentos e apresentações, a presidente agradeceu a presença de
358 todos e a reunião encerrou-se. A ata presente fora redigida pelo estagiário Gabriel de
359 Franco Rocha, e corrigida pela secretaria executiva Jane Vasques do DEDIF/SEJUF.
360 Encaminhamentos:**3. Aprovação da Ata de Março de 2021:** - Correções na ata:
361 alteração no nome do Pastor Marcos Calixto e nas citações da conselheira Kelly.**4.**
362 **Relato das Comissões:-** Solicitação envio da composição geral das comissões para a
363 Gabriela;- Envio de convite à mesa diretiva para reunião da Comissão de Comunicação
364 e Eventos; - Envio da Nota Técnica da Comissão de Garantia de Direitos para todos os
365 conselheiros, a fim de que contribuam e esta seja aprovada na sequência, na próxima
366 ordinária. Solicitou que se observe o sigilo necessário dos documentos, tratando-se de
367 crianças;- Aprovação para o caso de Sarandi, estritamente, do qual a sugestão da
368 Comissão é: que seja protocolado ofício e enviado para a área técnica da SEJUF, dpto.
369 Do Trabalho;- Pedidos da Comissão de Gestão da Informação de informações e dados
370 às Universidades. - A presidente propôs ao conselho que se encaminhe convite aos
371 atores do caso de Paranaguá, envolvendo criança migrante que chegou na cidade pelo
372 porto, para participação em reunião do CERMA, por meio de videoconferência.**5. Relato**
373 **do GT Nova Esperança – Avaliação do Evento:** - Apontamento ofertado pelo Dep.

374 Goura com relação à manifestação positiva acerca do PL 340/2018, para inserção de
375 imigrantes, refugiados e apátridas no Fundo de Combate à Pobreza do Estado do
376 Paraná; pediu encaminhamento de carta à ALEP para que o PL possa existir e esse
377 estrato populacional conte com mais essa forma de apoio financeiro; - Apontamento
378 ofertado pelo Dep. Goura também em relação ao PL: o convite ao presidente da mesa
379 da ALEP para uma conversa, para pedir agilidade da pauta que compõe a PL; assim o
380 encaminhamento é que o GT, junto à mesa diretiva, procure o agendamento de uma
381 reunião online;- Participação do CERMA na conferência popular de habitação; - Emissão
382 um comunicado aos convidados que não tinham recebido o convite formalizado, afinal,
383 e os que não receberam uma melhor explanação da proposta; para tal, a SEC Jane
384 tinha ficado de redigir uma Minuta que seria avaliada e enviada pelo GT. Outra questão
385 exposta pela Gabriela é a da carta à ALEP. Para ambos, propôs uma reunião do Grupo;
386 **6. Procedimento em Relação a Migrantes Desaparecidos:** - Para mesa diretiva: A
387 presidente expressou considerar grande relevância no assunto, e propôs que se avalie a
388 qual comissão se deve direcionar o assunto para lidar, de fato, com o desaparecimento,
389 e pensar em estratégias. **7. Apresentação do Projeto OMS/TB/BRICS/UFES:** - A
390 presidente do conselho pediu à professora Paula que disponibilize a apresentação aos
391 conselheiros. Também solicitou que seja enviado e-mail aos conselheiros contendo os
392 dados, mais a fala sobre a necessidade de melhor proteção individual, considerando
393 que os agentes da assistência social precisam lidar com as pessoas presencialmente.